

Legislação

Âmbito geral:

[Decreto-Lei n.º 75/2015](#), de 11 de maio – Regime de Licenciamento Único de Ambiente (LUA), que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental

[Declaração de Retificação n.º 30/2015](#), de 18 de junho – Retificação do Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio

[Portaria n.º 332-B/2015](#), de 5 de outubro - Estabelece o valor da taxa ambiental única, a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente

[Portaria n.º 368/2015](#), de 19 de outubro – Fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental

[Portaria n.º 395/2015](#), de 4 de novembro – Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacte ambiental e revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril

[Portaria n.º 398/2015](#), de 5 de novembro – Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária

[Portaria n.º 399/2015](#), de 5 de novembro – Estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares

Avaliação de Impacte Ambiental:

[Decreto n.º 59/99](#), de 17 de dezembro - Aprova a Convenção sobre Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiriço (Convenção de Espoo), concluída em 25 de Fevereiro de 1991 em Espoo (Finlândia), no âmbito da Organização das Nações Unidas

[Decreto-Lei n.º 151-B/2013](#), de 31 de outubro - Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente

com as alterações e redação decorrentes do

[Decreto-Lei n.º 47/2014](#), de 24 de março

[Decreto-Lei n.º 179/2015](#), de 27 de agosto

[Lei n.º 37/2017](#), de 2 de junho

[Decreto-Lei n.º 152-B/2017](#), de 11 de dezembro

Prevenção e Controlo Integrados de Poluição:

[Decreto-Lei n.º 183/2009](#), de 10 de agosto – Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e os requisitos gerais a observar na conceção, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, incluindo as características técnicas específicas para cada classe de aterros

com as alterações e redação decorrentes do

[Declaração de Retificação n.º 74/2009](#)

[Decreto-Lei n.º 84/2011](#), de 20 de junho – Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das atividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas

[Decreto-Lei n.º 88/2013](#), de 9 de julho – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, (regime jurídico da deposição de resíduos em aterro)

[Decreto-Lei n.º 73/2011](#), de 17 de junho – Altera o regime geral da gestão de resíduos (terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 178/2006](#), de 5 de Setembro) e transpõe a Diretiva n.º [2008/98/CE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos

[Decreto-Lei n.º 127/2013](#), de 30 de agosto – Regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP). Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos

Avaliação de Incidências Ambientais:

[Decreto-Lei n.º 215-B/2012](#), de 8 de outubro – Altera e republica o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. Estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade.